



**PROJETO DE LEI Nº 039-15, DE 22 DE MAIO DE 2015.**

Altera o art. 7º, caput e revoga o art. 13, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 3.013, de 02 de setembro de 2005.

**Art. 1º** Fica alterado o art. 7º, *caput*, da Lei Municipal nº 3.013, de 02 de setembro de 2005, que dispõe sobre a Gestão das Escolas Municipais e dá outras providências, passando a ter a seguinte redação:

***“Art. 7º Os Diretores e Vice-Diretores das escolas públicas municipais, e o Diretor das Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental incompleto poderão ser indicados pela comunidade escolar de cada estabelecimento de ensino, mediante votação direta.”***

**Art. 2º** Revogam-se as disposições contidas no art. 13, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 3.013, de 02 de setembro de 2005.

**Art. 3º** Ratificam-se as demais disposições constantes na Lei Municipal nº 3.013, de 02 de setembro de 2005, não modificadas pela presente Lei.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE MAIO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito



**PROJETO DE LEI Nº 039-15, DE 22 DE MAIO DE 2015.**

**JUSTIFICATIVA**

Estamos encaminhando a V.Sas. o presente projeto de lei, que altera a redação do art. 7º, *caput*, da Lei Municipal nº 3.013, de 02 de setembro de 2005, e revoga as disposições do art. 13, parágrafo único, do mesmo diploma legal ora referido, que dispõe sobre a Gestão das Escolas Municipais e dá outras providências.

Justificando o projeto de lei em comento, a Sra. Secretária de Educação alega que, se a escolha de diretores for extensiva a todas as escolas da rede municipal, poderá propiciar o acesso democrático a todos, com votação direta pela comunidade escolar das Escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental incompleto, a teor das disposições contidas na Resolução CEB Nº 01, de 07/04/2009, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e da Resolução nº 06, de 20/10/2010, que define Diretrizes Operacionais para a matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

As alterações que ora se pretende possuem, como principal objetivo, abrir o direito de votação direta pela comunidade escolar das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental Incompleto, não contempladas por essa prerrogativa, uma vez que o art. 7º, *caput*, da Lei Municipal nº 3.013/2005 refere que a escolha, mediante votação direta, refere-se tão somente os Diretores e Vice Diretores das escolas públicas municipais.

Estas, as razões que justificam o encaminhamento do presente projeto de lei.

**GABINETE DO PREFEITO, EM 22 DE MAIO DE 2015.**

**GIL MARQUES FILHO**  
Prefeito